

Visão Mundial



# O que acontece quando a igreja passa a ver a criança com outros olhos?



**It takes a world**  
Para acabar com a violência sexual contra a criança.



18 de maio  
**FAÇA BONITO.**  
MÁS QUE DIZER "AMÉM"

**claves** BRASIL

# O que acontece quando a igreja passa a ver a criança com outros olhos?

*“A violência contra a criança e o adolescente começa aqui, nesta casa!”*

Essas foram as palavras iniciais do discurso da Dra. Maria Amélia Azevedo, uma das pioneiras e referência nacional em prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, ditas em 2009 para diversas autoridades públicas na Câmara Municipal de São Paulo. Naquela ocasião, a Câmara havia realizado um encontro para debater o tema e ouvir especialistas. Dada a relevância acadêmica e política da convidada, incansável militante pelos direitos da criança e do adolescente, sua presença sempre gerava muitas expectativas. Infelizmente para as autoridades presentes, sua fala denunciou os poucos recursos investidos pelo poder público em políticas de educação, saúde e lazer; bem como a ausência de programas específicos de prevenção à violência doméstica, a inexistência de um sistema integrado de notificação, o sucateamento dos Conselhos Tutelares, gerando um enorme, mas extremamente necessário, desconforto.

Guardadas as devidas proporções, a mesma denúncia também pode e deve ser feita à igreja brasileira, que via de regra apresenta um discurso ambíguo em relação às crianças e adolescentes. Se por um lado a igreja reafirma a centralidade da família e a bem-aventurança de ter filhos e filhas como “herança do Senhor” (Sl 127:3) – sendo estes, portanto, indivíduos que requerem amor, cuidado e proteção –, por outro lado, ainda conserva uma perspectiva sobre educação e disciplina que naturaliza comportamentos violentos por parte dos adultos. O exemplo mais claro disso é a legitimação dos castigos físicos, fruto de uma leitura literal de alguns poucos versículos bíblicos.

Há ainda outros fatores que tornam o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em ambientes cristãos mais complexo: a questão de gênero, manifesta mais declaradamente na subordinação feminina – que em muitos casos oculta uma situação de dependência e controle da mulher –, e a excessiva idealização da família. Por essas e outras razões, é possível dizer que, com exceções, as violências contra a criança e o adolescente, incluindo a sexual, também está presente nas igrejas e entre famílias cristãs. Embora parte das igrejas simplesmente não reconheça a incidência desse tipo de violência entre seus membros – afirmando se tratar de um pecado tão cruel que dificilmente aconteceria em uma comunidade de crentes regenerados –, infelizmente a realidade é outra.



Dados da Unicef apontam que cerca de 80% dos casos de violência física são cometidos por parentes ou pessoas próximas que desempenham o papel de cuidadores. Isso significa que, paradoxalmente, o ambiente familiar é ao mesmo tempo o melhor lugar para que uma criança cresça e se desenvolva de maneira adequada e sadia – estabelecendo vínculos afetivos duradouros e seguros – e o lugar em que há a maior incidência e prevalência de violações contra as crianças e adolescentes, sobretudo as de caráter físico e sexual.

Ainda não existem estudos comparativos entre a ocorrência da violência contra crianças e adolescentes entre famílias cristãs no Brasil e aquela verificada na sociedade em geral. No entanto, há evidências que apontam para o fato de que não há diferenças significativas. Artigo publicado pelo coordenador do Ambulatório de Violência Sexual e de Aborto Legal do Hospital Pérola Byington em São Paulo, Dr. Jefferson Drezett, afirma que no período de 1994 a 2016 foram solicitadas 163 interrupções legais de gestação entre adolescentes menores de 14 anos vítimas de abuso sexual. Dentre as variáveis sociodemográficas analisadas nestas solicitações, constatou-se que nada menos do que 79,1% dos casos se referiam a famílias cristãs, sendo que 29,4% declaradas evangélicas. O estudo revela ainda que em 43% dos casos, a violência sexual ocorreu na própria residência das crianças, sendo que 36,8% foram resultado de uma relação incestuosa, seguidos por conhecidos extrafamiliares (44,2%) e desconhecidos (19,0%).<sup>1</sup>

Recentemente a teóloga e pesquisadora Valéria Cristina Vilhena, autora do livro *Uma Igreja Sem Voz*, divulgou um estudo qualitativo no qual constatou que 40% das mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pela Casa Sofia, serviço de atendimento localizado na zona sul de São Paulo, se declarou evangélica<sup>2</sup>. Relatório elaborado pelo Sínodo da Igreja Cristã Reformada no contexto norte-americano indicou que os índices de violência doméstica verificados na sociedade em geral equivalem àqueles encontrados entre os membros de igrejas cristãs (Calvin College Research Center, *Agenda for Synod*, 1992, p. 320)<sup>3</sup>. Ou seja, casos de violência física, sexual, psicológica, e negligência ocorridos na sociedade em geral foram verificados na mesma proporção em lares declaradamente cristãos. Considerando que os dados levantados

---

<sup>1</sup>. Estupro de vulnerável: caracterização sociodemográfica e desfecho de gestações entre adolescentes menores de 14 anos. [https://www.researchgate.net/publication/320811588\\_Estupro\\_de\\_vulneravel\\_caracterizacao\\_sociodemografica\\_e\\_desfecho\\_de\\_gestacoes\\_entre\\_adolescentes\\_menores\\_de\\_14\\_anos](https://www.researchgate.net/publication/320811588_Estupro_de_vulneravel_caracterizacao_sociodemografica_e_desfecho_de_gestacoes_entre_adolescentes_menores_de_14_anos) [acessado em 12 de abril de 2018].

<sup>2</sup>. Embora os dados apresentados neste estudo representem uma amostragem, quando analisados em paralelo com outros estudos e levantamentos, reforçam as evidências de que os cristãos são responsáveis pela incidência e prevalência de diversos tipos de violência doméstica tanto quanto não cristãos. [http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/user\\_upload/Valeria\\_Cristina\\_Vilhena.pdf](http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/user_upload/Valeria_Cristina_Vilhena.pdf)

<sup>3</sup>. Christian Reformed Church Committee to Study Physical, Emotional and Sexual Abuse. 1992. Report 30. In the *Agenda for Synod* 1992. <http://www.uccalgary.ca/resolve-static/reports/2010/2010-03.pdf>



por estes e outros estudos se referem a informações coletadas a partir de notificações, é possível que os números sejam até maiores, uma vez que nem todos os casos são notificados, e nem todas as denúncias apuradas.

Para abordar um assunto tão complexo e difícil, antes de qualquer coisa é preciso romper o silêncio. Muitas igrejas hesitam em se ocupar desta discussão, seja pela dificuldade de abordar a temática ou pelo simples fato de que não conheceram nenhum caso de violência entre seus membros ou mesmo dentro da igreja. Esse fato revela sua inaptidão em trabalhar com os aspectos preventivos da proteção às crianças e adolescentes, como se a principal motivação para cuidar de alguém fosse somente a necessidade de remediar um dano já ocorrido. O que se percebe é que, preferencialmente, a igreja tem se ocupado com aquilo que identifica como perigos e pressões externas às quais a família está exposta: influência dos meios de comunicação, da escola, drogadição, e mais recentemente, discursos político-ideológicos considerados demasiadamente liberais ou contrários à sua moralidade.

Nesse sentido, a indignação da Dra. Maria Amélia Azevedo com o poder público também é útil para alertar a igreja brasileira para o fato de que, ainda que o Brasil tenha avançado consideravelmente nas últimas quase três décadas após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a violência, notadamente a intrafamiliar, ainda é o maior risco ao qual as crianças e adolescentes estão expostos. Ou seja, se a prevenção e o enfrentamento das violências contra essa população têm permanecido, não sem grandes dificuldades, na agenda das políticas públicas desde 1990, o mesmo não pode ser dito em relação à atenção que a igreja brasileira, em sua maioria, tem dado ao problema.

É preciso reconhecer que, ao longo dos anos, uma parcela das igrejas passou por mudanças significativas em seu trato com as crianças e adolescentes, em grande parte como resultado de uma transformação de sua perspectiva teológica sobre eles. Ao passo que teologias contextuais foram desenvolvidas e discutidas, um novo olhar começou a se engendrar, e o lugar da criança na igreja passou a ser debatido e problematizado. Nesse processo, a contribuição de movimentos como a *Teologia da Criança*, cujo objetivo é repensar a doutrina e a prática cristã à luz da criança e da infância em seus vários contextos globais, e *Movimiento por la Niñez y Juventud*, cuja missão é “*mobilizar as igrejas e instituições cristãs na América Latina e Caribe para promover seu compromisso com o desenvolvimento e a proteção integral da infância e da juventude*”<sup>4</sup>, tem sido bastante significativa. Também instituições confessionais como Visão Mundial, Compassion, Tearfund, Jocum, Juventud para Cristo, Rede Mãos Dadas, RENAS, dentre outras, se apresentam como interlocutores cristãos na temática da

---

<sup>4</sup>. <http://movimientonj.org/quienes-somos/>



proteção e do desenvolvimento saudável na infância e adolescência. Todas essas iniciativas vêm oferecendo aportes e promovido reflexões relevantes para as igrejas, que vão desde a natureza da infância e sua contribuição para o pensamento teológico, passando pela criação de ministérios mais integrais e ajustados às características próprias da criança e do adolescente, até o engajamento da igreja na elaboração e implementação de políticas públicas pela efetivação dos direitos dessa população.

Contudo, voluntária ou involuntariamente, a criança e o adolescente ainda permanecem associados ao conceito da tábula rasa no ambiente eclesial brasileiro, influenciando a prática de lideranças, formadores de opinião e demais agentes sociais cristãos, via de regra bem-intencionados. É por causa desse conceito, por exemplo, que crianças e adolescentes ainda são tratados na maioria das igrejas quase que exclusivamente como objetos de doutrinação e disciplina, e não como sujeitos do pensamento teológico das comunidades de fé na qual estão inseridas, tampouco protagonistas da ação evangelizadora. A violência simbólica imposta por uma religiosidade predominantemente adultocêntrica favorece e sustenta as relações assimétricas de poder entre adultos e crianças, relegando-as a um segundo plano e tornando a tarefa da erradicação da violência contra elas uma tarefa extremamente difícil. Tal erradicação, se possível, será lenta e processual, e deverá envolver toda a sociedade em diversas frentes de atuação. E a igreja não pode ficar de fora desse esforço, pois é ao mesmo tempo, parte do problema e parte da solução.

Não basta, entretanto, reconhecer a criança e o adolescente como indivíduos dependentes e passíveis do amor e do cuidado de Deus, e conseqüentemente da igreja, mas identifica-los como sujeitos e sinais do Reino de Deus na terra. Para tanto, é preciso que a igreja ofereça espaços seguros de expressão e participação. É imperativo que a igreja seja não somente “amiga da criança”, mas também que se coloque humildemente no papel de aprendiz, como indicado por Jesus – “se não vos converterdes e não vos fizerdes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus” (Mt 18:3).

As respostas que as igrejas podem dar ao problema da violência infantojuvenil passam, necessariamente, por uma mudança de paradigma em relação à criança e ao adolescente; eles não aparecem nos textos bíblicos exclusivamente como personagens secundários de narrativas, mas como sujeitos do ensino de Jesus. Nos evangelhos, Jesus é aquele que subverte a lógica e sobrepuja os obstáculos religiosos e culturais de sua época ao acolher pessoas marginalizadas ou socialmente invisíveis e irrelevantes, dentre elas as crianças, concedendo-lhes participação integral e igualitária.

É sabido que crenças religiosas, normas culturais, eventos históricos compõem um intrincado pano de fundo no qual o significado da vida é determinado,



influenciando o modo como as crianças e adolescentes veem a si mesmos e compreendem seu valor como pessoas; os papéis que devem cumprir dentro da família e da comunidade; as dificuldades que enfrentam diante das crises familiares como violência, divórcio, morte, e outros tipos de trauma. Este contexto também influencia o modo pelo qual a violência em si é definida e se é reconhecida ou negada; o apoio oferecida às vítimas e a adultos de referência não agressores; o tratamento do adulto violento, dentre outros aspectos que envolvem confiança nas pessoas em posições de poder. Por exemplo, para uma vítima de violência doméstica, seu contexto religioso também determinará se, e como, ela pode busca ajuda e contar com o apoio de sua comunidade de fé no processo de cura.

Nesse sentido, a igreja tem um papel fundamental no esforço de colocar um fim na violência contra crianças e adolescentes, ou pelo menos, minimizar os fatores que risco que a promovem e reforçar os fatores de fortalecimento e, assim, criar comunidades de proteção. Assim como Jesus fez, a igreja precisa compreender a importância da inclusão das crianças e adolescentes no seio das comunidades como sinais do Reino de Deus, bem como cumprir o imperativo de oferecer-lhes o necessário para viver e protegê-los de todo mal (Mt 18:6; 25:40). A inclusão e a segurança das crianças e adolescentes devem ser o princípio orientador e ter precedência na igreja, o que a permite lidar mais adequadamente com as barreiras e desafios que atuam para impedir que eles tenham voz ativa, até mesmo para revelar abusos e romper com o ciclo de violência ao qual estão expostos.

As respostas para as perguntas sobre o que a igreja espera, e mais importante, como se mobiliza para tornar a vida de uma criança segura, saudável e repleta de oportunidades podem ser obtidas de várias maneiras. Uma delas é através do olhar atento e cuidadoso sobre o que já foi construído como marco referencial legal e político, isto é, o Estatuto da Criança e do Adolescente. As mudanças de paradigma que propõe, quais sejam, o caráter universal dos direitos conferidos, a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e seres em situação peculiar de desenvolvimento, servem de referência sobre o que é necessário, o que ainda falta e pode ser cuidadosamente trabalhado, e sobre as iniciativas que deram resultados positivos e que, portanto, merecem ser compartilhadas. Uma dessas iniciativas é a participação do *18 de Maio, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, uma campanha de sensibilização pública e engajamento da sociedade para a prevenção e enfrentamento da violência sexual e demais violações de direitos praticadas contra crianças e adolescentes. Organizada de forma descentralizada por estados e municípios, organizações da sociedade civil e setor privado, instituições religiosas e não-religiosas, essa campanha tem como principal objetivo mobilizar a população brasileira para que



se manifeste contra o problema da violência que, direta ou indiretamente, afeta milhares de crianças e adolescentes todos os anos. Essa mobilização não se limita a protestar e estimular as denúncias que tornam visíveis as práticas de violência, mas quer também fomentar e compartilhar soluções, bem como promover uma interação entre diversos atores sociais, dos quais a igreja é parte fundamental.

Outro tipo de resposta que a igreja pode dar, mencionado anteriormente, seja reconhecer já o direito de expressão das crianças e adolescentes em seus diversos espaços de convivência, dentre eles a própria igreja, para que sejam protagonistas de sua própria história. Essa resposta não elimina a relação de dependência que de fato há entre crianças e adultos, tampouco a responsabilidade dos adultos em protegê-las e oferecer-lhes condições básicas para um desenvolvimento saudável, mas busca diminuir a assimetria na relação adulto-criança, determinante para a manutenção do autoritarismo, da violência e do sofrimento.

Nesse sentido, assim como o ECA propõe um reordenamento jurídico, político e institucional para a sociedade em sua relação com as crianças e adolescentes, novas perspectivas bíblico-teológicas sobre a infância e a adolescência podem reorientar a práxis da igreja. Uma igreja silente sobre as violações de direitos das crianças e adolescentes é, por sua negligência, partícipe do ciclo de violência que aprisiona milhares de pessoas no mundo todo. Para romper com esse ciclo é preciso primeiramente reconhecer sua existência, indignar-se contra ele, agir apropriadamente, seja na prevenção, no apoio às vítimas, na denúncia dos envolvidos para que sejam devidamente responsabilizados (e de acordo com a necessidade, tratados), na cobrança constante das autoridades para que cumpram seu papel, ou mesmo na participação direta na elaboração de políticas públicas que promovam a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes garantidos por lei.

Quando a igreja passa a ver a criança com outro olhar, mais precisamente com os olhos de Jesus Cristo, ela se empenha em se tornar *um corpo igualitário e inclusivo*, no qual todos sejam reconhecidos como pessoas valiosas, criadas à imagem de Deus; *um local seguro*, especialmente para os mais vulneráveis, para que se sintam protegidos quando ameaçados; *um espaço de promoção de bons tratos* como um aspecto da justiça do Reino de Deus; *uma comunidade profética* que denuncia o pecado da violência e os sistemas sociais e culturais que a geram e a mantém; *uma comunidade sanadora* que anuncia a restauração e cura das vítimas de violência através da acolhida, acompanhamento e apoio, assim como dos vitimizadores, encaminhando-os quando possível à serviços técnicos de tratamento; *um ambiente formativo e informativo*, no qual palestras, cursos, seminários, etc., ofereçam à comunidade de fé uma visão mais abrangente e esclarecedora sobre a violência e seu enfrentamento; *um corpo que estuda*





e analisa criticamente os textos bíblicos relacionados à temática, observando os aspectos históricos e culturais que os permeiam e buscando princípios norteadores para os problemas atuais; *um grupo que se articula* com o seu meio, que aprende e está disposto a trabalhar em redes sociais cristãs e não-cristãs como uma maneira efetiva de enfrentar a multifatorialidade e complexidade do fenômeno da violência.

A violência praticada contra crianças e adolescentes é, como todo tipo de violência, estrutural e está, portanto, profundamente enraizada na cultura humana. Nenhuma resposta a um problema que seja estrutural será completa, infalível, ou a melhor para toda e qualquer situação. No entanto, se cada resposta tiver como princípio comum a valorização e a promoção da vida humana, principalmente daquela que está vulnerável ou ameaçada, todo esforço em discutir, elaborar, colocar em prática e acompanhar suas proposições revelará uma profunda consideração por aqueles que são as maiores vítimas da violência, as quais não podem defender-se sozinhas e carecem, portanto, da proteção dos adultos comprometidos com um evangelho de paz, justiça e restauração. Eis o desafio da igreja de Jesus: “*pro-seguir sua obra, per-seguir sua causa e con-seguir sua plenitude*”<sup>5</sup>.

Alexandre Gonçalves

Formado em Ciências Religiosas pela PUC Campinas, Mestrando em Divindade com ênfase em Estudos da Paz pelo Bethany Theological Seminary, é pastor da Igreja da Irmandade, Educador Social e Consultor do Programa CLAVES Brasil.

---

<sup>5</sup>. Leonardo Boff. Jesus Cristo Libertador, pg. 35.





Uma infância  
com amor gera  
uma sociedade  
mais segura.



**It takes a world**

para acabar com a violência sexual contra a criança

 /visaomundialbr

 @visaomundialbr

 /visaomundialbrasil

[www.visaomundial.org](http://www.visaomundial.org)

0800 70 70 374